



## A CULTURA EM CRISE E A CULTURA COMO CRISE: NOTAS SOBRE UM PAÍS EM DISPUTA

Leandro de Paula<sup>1</sup>

Pedro Ayala<sup>2</sup>

### **Resumo:**

Este texto busca compreender como a cena política instalada no país nos últimos anos repercute sobre a práxis da gestão da cultura no plano do Governo Federal. Apresentamos fatos ocorridos na administração desse campo pelo Estado brasileiro, observando como controvérsias públicas recentes revelam tensões que rondam o setor produtivo da cultura. Comentamos o rendimento de diferentes chaves para a análise desses fenômenos, identificamos novos valores e grupos de pressão que incidem sobre a formulação das políticas culturais e as respostas que se dão, em nível institucional, à circulação desses interesses e reivindicações.

**Palavras-chave:** Políticas Culturais; Guerras Culturais; Governo Federal

### **Abstract:**

The article seeks to analyze the recent Brazilian political scene and its impacts over the Federal Government procedures to manage cultural activities. We detail facts concerning the administration of the cultural field by the Brazilian State, and some public controversies that took place in the past few years. Applying different frames to understand these phenomena, we identify new values and players that influence cultural policies and the responses to these demands at the institutional level.

**Keywords:** Cultural Policies; Cultural Wars; Federal Government

---

<sup>1</sup> Doutor em Comunicação e Cultura pela UFRJ. Professor Adjunto da UFBA, no Instituto de Humanidades, Artes e Ciências (IHAC), e Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (Pós-Cultura). Líder do grupo de pesquisa Cultura, Política, Lógicas Identitárias e Produtivas. E-mail: psleandro@ufba.br.

<sup>2</sup> Graduando do Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades da UFBA. Colaborador voluntário do projeto de pesquisa “Das políticas às guerras culturais: controvérsias de uma luta para (re)definir o Brasil” (2019-2020), desenvolvido no contexto do grupo de pesquisa Cultura, Política, Lógicas Identitárias e Produtivas. E-mail: pedroyala.ssa@gmail.com.



## INTRODUÇÃO

Desde a sua criação em 1985, o Ministério da Cultura (MinC) se tornou a instância máxima de administração do setor produtivo da cultura no Brasil, dispondo de programas, legislações e instituições responsáveis pela preservação do patrimônio e da memória social, assim como pelo fomento à produção e à circulação de bens simbólicos. O surgimento do Ministério se deu no contexto da abertura democrática após o regime militar, traduzindo a autonomização da gestão da área em relação ao escopo do Ministério da Educação. Como parte dessa aposta institucional, lideraram o MinC importantes intelectuais do país, a exemplo do economista Celso Furtado (1986-1988), do filósofo Sérgio Paulo Rouanet (1991-1992) e do cantor e compositor Gilberto Gil (2003-2008).

A despeito da diversidade dos perfis dessas gestões e dos momentos políticos específicos em que se desenrolaram, podemos dizer que a trajetória do Ministério foi pautada por alguns compromissos perenes. Dentre eles, esteve a convicção de que cabe ao Estado brasileiro o papel de salvaguardar espaços, objetos e expressões representativos de nossa história comum. Outro foco consistiu na elaboração de leis e mecanismos de apoio que demarcaram a especificidade econômica das atividades culturais. Uma terceira e fundamental ideia a conduzir o Ministério foi a percepção de que as expressões culturais encontradas no país desfrutavam de formas desiguais de reconhecimento, sendo dever do Governo Federal garantir condições para sua plena realização e fruição pelos brasileiros, em atendimento aos direitos assegurados na chamada Carta Cidadã.

Como esse elenco de atribuições sugere, o MinC representou uma plataforma institucional alinhada a ideais motivadores do processo da Assembleia Nacional Constituinte, responsável por avançar pautas inclusivas e garantias até então inéditas para grupos sociais historicamente subalternizados. Montero (2015) argumenta que aquele momento simbolizou a superação do problema da nacionalidade, que havia sido endereçado por um conjunto de empreendimentos teóricos e de projetos políticos ao longo do século XX, obstinados na busca da identidade brasileira. A guinada ocorrida a



partir da década de 1980, e da qual a criação do Ministério da Cultura foi certamente apenas um sintoma, teve a ver com a falência das narrativas integracionistas que caracterizaram a história republicana nacional, baseadas na premissa de que nossa identidade se forjava como uma síntese harmoniosa entre diferenças. Como sabemos, esse foi o mote de ideologias altamente influentes entre as elites intelectuais e políticas do país, como ilustra a duradoura perspectiva da democracia racial, “incorporada como um dos aspectos centrais da interpretação do Brasil, das mais diversas formas e pelas mais distintas correntes políticas, tanto à ‘direita’ como à ‘esquerda’”. (ALMEIDA, 2018, p. 140)

Em resumo, o que chamamos de “Nova República” seria um tempo não mais guiado pela busca da unidade nacional e de uma identidade cultural comum, mas por certo compromisso em torno da proteção das diversas matrizes étnicas, raciais, religiosas, estéticas que compõem o país. Conforme os princípios da Constituição de 1988, portanto, nosso experimento democrático abriria mão da ideia de integração em nome da pauta do pluralismo, ou seja, pelo esforço em torno do reconhecimento dos diversos modos de vida e do acolhimento às múltiplas reivindicações por cidadania.

Na trajetória institucional do Ministério da Cultura, tais concepções foram se imprimindo como políticas públicas de diferentes maneiras. Já em 1988, por exemplo, o órgão passou a contar em sua estrutura com a Fundação Cultural Palmares, dedicada a preservar a cultura afro-brasileira por meio de ações e programas que valorizassem a participação da população negra na história do país. Na década de 1990, a Lei do Audiovisual e o Programa Nacional de Apoio à Cultura, do qual fazia parte a chamada “Lei Rouanet”, foram respostas às demandas por financiamento da produção cultural com vistas a impulsionar a diversidade das vocações criativas brasileiras. Nos anos 2000, o programa Cultura Viva consolidou espaços e iniciativas culturais já reconhecidos por comunidades espalhadas pelo território nacional, que passavam a receber a chancela e o apoio do governo para o desenvolvimento de suas atividades.

Ressalvadas as diferenças de entendimento e de êxito de cada gestão, o resgate feito acima aponta para parâmetros que balizaram a trajetória do Ministério dentro dos



consensos mais amplos que fundamentaram o contexto que se desdobrou da Constituição de 1988. Tendo como pano de fundo essa memória, nosso texto apresenta um dos resultados de um projeto de iniciação científica, desenvolvido entre agosto de 2019 e julho de 2020, que objetivou compreender como a cena política conflitiva instalada no país nos últimos anos repercute em uma nova práxis da gestão da cultura no plano do Governo Federal. O artigo buscará, assim, identificar novos valores e grupos de pressão que incidem sobre a formulação das políticas culturais, realçando algumas respostas que já se fazem notar, em nível institucional, à circulação desses interesses e reivindicações.

Propomos esse percurso dividindo o texto em duas seções principais. Na primeira, apresentamos fatos ocorridos na gestão da cultura pelo Estado brasileiro desde o impeachment de Dilma Rousseff até eventos mais recentes, no contexto do governo Bolsonaro. No segundo bloco, discutimos como as controvérsias encenadas nesse campo podem ser pensadas à luz do conceito de *guerra cultural* (HUNTER, 1991). Procuramos, assim, lançar pistas sobre algumas tensões que rondam a administração do setor produtivo da cultura em nossa atualidade e testar o rendimento de algumas chaves analíticas para a compreensão desses fenômenos.

## **A CULTURA EM CRISE**

O impeachment sofrido por Dilma Rousseff em 2016 demarcou um cisma para o campo da gestão cultural brasileira, colocando em risco a própria institucionalidade da área: ao assumir o governo, Michel Temer encerrou as atividades do MinC e as incorporou ao recém-criado Ministério da Educação e Cultura (MEC). O gesto suscitou a reação da classe artística e a ocupação de espaços vinculados ao Ministério em 18 capitais do país, levando o Poder Executivo a revogar a medida em apenas onze dias. O recuo, contudo, não resultou em uma pacificação imediata da crise entre o setor da cultura e o Planalto, pois “o motivo também era opor-se e resistir ao governo interino,



avaliado como ilegítimo. Essa foi uma posição generalizada nas ocupações”. (BARBALHO, 2017, p. 35)

As turbulências em torno do MinC não arrefeceram ao longo do mandato de Temer. Em sua gestão, o MinC teve à frente quatro Ministros (Marcelo Calero, Roberto Freire, João Andrade e Sérgio Sá Leitão), sendo confrontado por um conjunto de situações adversas. Em 2016, uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Câmara dos Deputados e a “Operação Boca Livre”, deflagrada pelo Ministério Público Federal, pela Controladoria Geral da União e pela Polícia Federal, tiveram por foco suspeitas em torno da auditoria das prestações de conta de projetos aprovados pela Lei Rouanet, resultando em amplo desgaste para a pasta. (DOMINGUES e PAULA, 2019)

Mais além, as atividades do MinC ganhariam destaque na comoção em torno do incêndio que atingiu o Museu Nacional, no Rio de Janeiro, em setembro de 2018. Com as atenções sociais voltadas à precariedade dos processos de manutenção dos museus do país e a crescente culpabilização da “ineficiência da gestão pública”<sup>3</sup>, o Presidente Michel Temer assinaria, uma semana após a tragédia, a Medida Provisória 850/2018, que extinguiu o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) e criava a Agência Brasileira de Museus (ABRAM).

O IBRAM fora instaurado pela Lei 11.906 de 2009, como uma autarquia subordinada ao MinC e voltada à elaboração de políticas públicas que promovessem o desenvolvimento das instituições museológicas no Brasil. Já a ABRAM surgia como um serviço social autônomo, ou seja, uma entidade de direito privado sem fins lucrativos que, embora contasse com a participação de representantes do Estado em seu conselho deliberativo, não estaria submetida às regras da administração pública.

Mesmo tendo sido posteriormente rejeitada pela Câmara dos Deputados<sup>4</sup>, a MP 850/2018 foi um ato significativo por sinalizar a proposta, por parte do MinC de Michel

---

<sup>3</sup>Ver, por exemplo: “Após trágica destruição do Museu Nacional, gestão pública brasileira continua ‘apagando incêndios’”, matéria publicada por “Época Negócios” em 12 de setembro de 2018; “Por que governos não conseguem prevenir desastres?”, artigo de Marize Schons publicado em 15 de setembro de 2018 por “O Estado de São Paulo”.

<sup>4</sup>Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/02/14/mp-da-agencia-brasileira-de-museus-foi-rejeitada-pela-camara>. Acesso em 28 de agosto de 2020.



Temer, de desestatizar a gestão dos museus federais, abrindo caminho para a consolidação do modelo de administração dos equipamentos por meio de Organizações Sociais. Assim, o Governo Federal respondia a crescentes críticas sobre o gasto público com instituições culturais<sup>5</sup>, e buscava viabilizar, por meio da figura jurídica da agência, a arrecadação de recursos junto a outras fontes, como doações, venda de ingressos e exploração de acervos e imóveis.

As suscetibilidades em torno do MinC puderam ainda ser verificadas quando, em 2017, o Santander Cultural atendeu à pressão de parcela do público e encerrou a exposição “Queermuseu - Cartografias da Diferença na Arte Brasileira” antes do previsto. A mostra tornou-se alvo de polêmica por contemplar, em sua proposta curatorial, obras que visavam a debater questões em torno da diversidade sexual e de gênero (PAULA e DOMINGUES, 2020). Em resposta ao ato do Santander Cultural, o MinC limitou-se a emitir uma nota na qual eximia-se de responsabilidade sobre os objetos elencados ou as ideias abordadas pela exposição<sup>6</sup>, em uma reação que demonstrou o processo de esvaziamento do Ministério de sua condição de mediador das relações entre artistas, produtores e sociedade civil.<sup>7</sup>

Os eventos apresentados até aqui apontam para o aguçamento das tensões que, desde o impeachment de Dilma Rousseff, marcaram o Ministério da Cultura, uma pasta cuja marca própria sempre foi a instabilidade institucional (RUBIM, 2007). Mas nos interessa destacar, sobretudo, que essa cena específica de fragilização foi acompanhada por outro processo histórico, talvez ainda não plenamente mapeado. Nele, determinados antagonismos que recortam o tecido social brasileiro passaram a rebater de maneira

---

<sup>5</sup>Ver, por exemplo: “Incêndio acirra debate sobre verba para Museu Nacional na busca por culpados”, matéria publicada por “El País Brasil” em 5 de setembro de 2018; “No Museu Nacional a ideologia tomou o lugar da ciência”, matéria publicada pela revista “Exame” em 13 de setembro de 2018.

<sup>6</sup>Cf. “MinC diz que solicitou prestação de contas à produtora de ‘Queermuseu’”, matéria publicada por “O Globo” em 12 de setembro de 2017.

<sup>7</sup>A esse respeito, cabe lembrar que, 2006, a obra “Desenhando com Terços”, da artista Márcia X., foi retirada da exposição “Erotica - Os sentidos na arte”, após dois meses em exibição no Centro Cultural Banco do Brasil do Rio de Janeiro, por ser tomada como ofensiva ao sentimento religioso. Nesse contexto, foi incisiva a atuação do MinC e do então Ministro Gilberto Gil na defesa da liberdade de expressão. Para mais informações sobre o caso, ver: LINS, P. ‘Desenhando com terços’ no espaço público: relações entre religião e arte a partir de uma controvérsia. Em: *Ciências Sociais e Religião*, Porto Alegre, ano 13, n. 14, p. 145-175, setembro de 2011.



mais direta sobre projetos, condutas e entendimentos da cultura que fundamentam a atuação do Governo Federal sobre esse campo produtivo.

Seguindo Domingues e Lopes (2014), reconhecemos que, já nas eleições majoritárias de 2014, o chamado “presidencialismo de coalizão” brasileiro, pactuado sobre uma estrita dinâmica de relação entre o Executivo e o Legislativo, foi testado até os seus limites, levando o Palácio do Planalto a perder centralidade para a Câmara. Após o pleito, as associações suprapartidárias, em franca ofensiva contra o projeto político representado pelo Executivo, indicavam um risco iminente às suas possibilidades de governo. Esse tenso cenário, como sabemos, desdobrou-se nas alianças que viabilizaram o pedido de impeachment contra Dilma e, em consequência, a ascensão de Michel Temer, com os impactos sobre o MinC comentados anteriormente.

A análise da realidade atual da gestão federal da cultura exige que reconheçamos os revezes de sua moldura formal como efeitos de um processo de “polarização” que cinge não apenas os Poderes da República, mas a própria sociedade brasileira já há meia década. Assumimos que esse fenômeno, suscitado por antagonismos diante dos legados do ciclo político do Partido dos Trabalhadores, foi instrumentalizado nas eleições de 2014, radicalizado no processo de impeachment em 2016 e plenamente exposto no saldo eleitoral de 2018.

O redesenho da composição de forças que comanda o país resultou na extinção final do Ministério da Cultura em janeiro de 2019, com a posse de Jair Bolsonaro. As atividades de gestão da área foram assim realocadas em uma Secretaria Especial, primeiramente vinculada ao Ministério da Cidadania e hoje subordinada ao Ministério do Turismo. Entre o início de 2019 e setembro de 2020, o órgão contou com cinco Secretários diferentes: Henrique Pires, José Paulo Soares Martins (interino), Roberto Alvim, Regina Duarte e Mário Frias. A alta rotatividade, semelhante àquela verificada no governo de Michel Temer, indica as tensões que rondam a pasta, tendo dado forma a diversas controvérsias no quadro do governo Bolsonaro.

O primeiro dos Secretários a assumir, Henrique Pires, possuía histórico na gestão do Departamento de Arte e Cultura da Universidade Federal de Pelotas, cidade



onde também atuara como Secretário de Comunicação e diretor de fundações culturais. À frente da Secretaria Especial de Cultura, Pires entrou em desacordo com a cúpula do governo em agosto de 2019, quando o Ministro da Cidadania, Osmar Terra, determinou a suspensão de um edital já em andamento, que apoiaria séries de TV com temática LGBT. Pires revelou:

Hoje eu tive uma longa conversa com o ministro Osmar Terra e vi que quem estava desafinado com ele e com o presidente Bolsonaro era eu. Não estou de acordo com este filtro, que na verdade é censura. O artigo 220 da Constituição garante a liberdade de expressão. O próprio Supremo Tribunal Federal diz que homofobia é crime comparável ao racismo. Não posso concordar com isto em uma estrutura democrática.<sup>8</sup>

Após a demissão de Pires, assumiu o interino José Paulo Soares Martins, de perfil técnico e conhecido pela defesa da Lei Rouanet, mecanismo alvo de muitas críticas no debate público recente. Diferentemente de outros Secretários escolhidos pelo Executivo, Martins era pouco ativo nas redes sociais, o que contribuiu para que sua gestão à frente do órgão tenha promovido menor repercussão pública.

Após passar pelo Centro de Artes Cênicas da Fundação Nacional de Artes (Funarte), Roberto Alvim foi nomeado Secretário Especial de Cultura em outubro de 2019. O dramaturgo havia realizado, pouco antes de chegar ao cargo público, um chamamento a “artistas conservadores” pelas redes sociais, com vistas à criação de uma “máquina de guerra cultural”<sup>9</sup> no Brasil. Alvim permaneceu na Secretaria Especial de Cultura por apenas três meses, já que uma de suas primeiras iniciativas na pasta resultou em uma estridente polêmica.

Em janeiro de 2020, a Secretaria anunciou a realização do “Prêmio Nacional das Artes”, que destinaria 20 milhões de reais a produções de diferentes linguagens artísticas, selecionadas nas 5 regiões do país, com o assumido propósito de “estimular a

<sup>8</sup> Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/pol%C3%ADtica/secret%C3%A1rio-henrique-medeiros-pires-pede-exonera%C3%A7%C3%A3o-da-cultura-1.360305>. Acesso em 31 de março de 2020.

<sup>9</sup> Ver: <https://oglobo.globo.com/cultura/roberto-alvim-convoca-artistas-conservadores-para-criar-uma-maquina-de-guerra-cultural-23747444>. Acesso em 28 de agosto de 2020.



criação de uma nova Arte nacional”<sup>10</sup>. Nas palavras do então Secretário, essa seria “uma arte capaz de encarnar simbolicamente os anseios desta imensa maioria da população brasileira”<sup>11</sup>. Em um vídeo feito para divulgar a ação, Alvim plagiou um pronunciamento do Ministro da Propaganda da Alemanha nazista, Joseph Goebbles, afirmando que

a arte brasileira da próxima década será heroica e será nacional, será dotada de grande capacidade de envolvimento emocional, e será igualmente imperativa, posto que profundamente vinculada às aspirações urgentes do nosso povo – ou então não será nada.<sup>12</sup>

Em resposta às pressões da classe política e da opinião pública decorrentes do pronunciamento, Roberto Alvim foi exonerado do cargo e o “Prêmio Nacional das Artes”, suspenso. A breve passagem do dramaturgo pela Secretaria Especial da Cultura, contudo, pareceu adensar sensivelmente as motivações ideológicas presentes na agenda da pasta. Essa ideia se atesta não apenas pela referida iniciativa que resultou em sua exoneração, mas também pelo fato de que, sob seu comando, o órgão realizou diversas nomeações controversas para entidades vinculadas. Na Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura, por exemplo, assumiu o fundador do Simpósio Nacional Conservador de Ribeirão Preto (SP), Camilo Calandrelli, que chegou a afirmar que leis de incentivo ao setor seriam mecanismos de “ideologização política”<sup>13</sup>. Para a Secretaria do Audiovisual, foi nomeada Katiane Gouvêa, signatária de um dossiê que levou Jair Bolsonaro a cogitar a extinção da Agência Nacional do Cinema<sup>14</sup>. Já a reverenda Jane Silva, presidente da empresa Associação Cristã de Homens e Mulheres de Negócio, foi indicada para a Secretaria de Diversidade Cultural<sup>15</sup>. Sem histórico na gestão cultural ou

---

<sup>10</sup>Ver: <http://cultura.gov.br/secretaria-especial-da-cultura-lanca-premio-nacional-das-artes/>. Acesso em 28 de agosto de 2020.

<sup>11</sup>Idem à nota anterior.

<sup>12</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3lycKFW6ZHQ> Acesso em 31 de maio de 2020.

<sup>13</sup>Ver: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/11/novo-secretario-de-fomento-a-cultura-acusou-rouanet-de-marxismo-cultural.shtml>. Acesso em 17 de agosto de 2020.

<sup>14</sup>Ver: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/11/governo-bolsonaro-escolhe-como-nova-secretaria-do-audiovisual-membro-da-cupula-conservadora.shtml>. Acesso em 17 de agosto de 2020.

<sup>15</sup>Ver: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/11/negro-de-direita-reverenda-e-musico-conservador-quem-sao-os-novos-nomes-da-cultura-sob-bolsonaro.shtml>. Acesso em 17 de agosto de 2020.



perfil técnico que justificasse as indicações, tais nomes traziam em comum a adesão pública às ideias que elegeram o governo Bolsonaro.

Esse foi o cenário para a indicação de Sérgio Camargo para a presidência da Fundação Cultural Palmares, jornalista que se tornou conhecido por ser contrário a políticas de reparação racial e outras agendas defendidas pelo Movimento Negro. Muito ativo nas redes sociais, Camargo apresenta-se como um “negro de direita e antivitimista”<sup>16</sup> e coleciona declarações polêmicas, como esta de outubro de 2019: “Marielle não era negra, ela era parda (mulata), mas autodeclarava-se negra por conveniência política, para reforçar o perfil de ‘vítima’ e ‘oprimida’, o que nunca foi”<sup>17</sup>.

A nomeação de Sérgio Camargo para a Fundação Palmares foi alvo de diversas manifestações e notas de repúdio de entidades ligadas ao Movimento Negro<sup>18</sup>. Em entrevista, a historiadora e antropóloga Lília Schwarcz sintetizou o sentimento de estupefação de militantes, pesquisadores e apoiadores da luta antirracista no Brasil, delineando o conflito entre os perfis da instituição e de seu novo presidente:

A indicação desse presidente pra Fundação Palmares é uma grande contradição em seus termos. A Fundação Nacional Palmares foi criada no bojo das conquistas de 1988, da “Constituição Cidadã”, que foi uma constituição muito generosa no que se refere aos direitos civis, nesse caso, aos direitos das populações de raiz afro-brasileira<sup>19</sup>.

O fenômeno que Schwarcz definiu como uma “grande contradição em seus termos” não nos parece se resumir aos processos de administração da Fundação Cultural Palmares, nem ser um acaso diante das missões institucionais dessa entidade. Como sugerem os fatos que resgatamos brevemente nesta seção, tal “contradição” bem pode significar um dado mais abrangente e, sobretudo, estratégico. Queremos arriscar que a práxis da gestão federal da cultura pode estar se estabilizando hoje por meio de gestos contraintuitivos frente àquelas vocações que pautaram sua história progressa, organizadas na arena do Ministério da Cultura.

<sup>16</sup>Ver: <https://twitter.com/sergiodireita1?lang=pt>. Acesso em 17 de agosto de 2020.

<sup>17</sup>Ver: <https://noticias.uol.com.br/colunas/mauricio-ricardo/2019/12/13/uma-sonata-para-sergio-camargo.htm>. Acesso em 17 de agosto de 2020.

<sup>18</sup>Ver: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/11/28/declaracoes-do-novo-presidente-da-fundacao-palmares-geram-criticas-e-indignacao.ghtml>. Acesso em 18 de junho de 2020.

<sup>19</sup>Idem à nota anterior.



Diante dos acontecimentos que elencamos, a chave da “cultura em crise” tem sido mobilizada para descrever o desmonte das políticas públicas e o desvirtuamento das instituições que estruturam o campo no país, por diferentes empenhos analíticos recentes (BARBALHO, 2017; CERQUEIRA, 2018). Contudo, também parece ser possível avançar outro mote, a fim de conceber a ideia da “cultura como crise”. Isso implicaria assumir que, em meio aos aparentes imprevistos, provisoriiedades e controvérsias que vêm caracterizando a gestão da área, desponta também certo método, eficaz em manter coesa a base de aliados do governo e pautar a agenda pública pela constante produção de ânimos e sensibilidades.

#### **A CULTURA COMO CRISE**

O cálculo político que condiciona a gestão da cultura em âmbito federal parece obedecer hoje à emergência de atores políticos e demandas sociais que eram pouco visíveis durante o ciclo petista (2003-2016). Entendemos que esse fenômeno tem a ver com a formação de um ambiente sociopolítico reativo, semelhante àquele que James Hunter chamou de “guerras culturais” ao descrever o clima de polarização que dominou a esfera pública norte-americana da década de 1980 em diante.

A tese apresentada em “Culture Wars: The Struggle to Define America” (1991) era de que, no rescaldo dos avanços trazidos pelos movimentos civis dos anos 1970 e também da conseqüente reação conservadora, a agenda política dos EUA passara a ser orientada menos por questões relacionadas à distribuição de renda ou às taxações fiscais do que pelo debate em torno do conceito de família, da homoparentalidade, do currículo escolar, do uso recreativo de drogas etc. Assim, a antiga oposição entre uma direita liberal afeita à meritocracia e à livre iniciativa e uma esquerda favorável a políticas intervencionistas em prol da justiça social “passa a ser não substituída, mas crescentemente subordinada a um novo antagonismo entre, de um lado, um conservadorismo punitivo e, de outro, um progressismo compreensivo”. (GALLEGO, ORTELLADO e MORETTO, 2017, p. 37)



Ao buscarmos aplicar essa chave analítica na leitura da realidade brasileira recente, haveremos de reconhecer o papel exercido pelo processo do impeachment de Dilma Rousseff como uma espécie de trauma social, que sela o rompimento do acordo instaurado pelo lulismo (SINGER, 2012) e cristaliza polos de força de diferenças aparentemente irreduzíveis. De um lado, estariam os simpatizantes do projeto político implementado pelo ciclo do Partido dos Trabalhadores e de seus legados sociais; de outro, os partidários da Operação Lava-Jato e do movimento anticorrupção, que atribuíam ao PT a responsabilidade pela crise econômica e pela aparelhagem da máquina pública. (DOMINGUES, PAULA e SILVA, 2018)

Conforme argumenta Rocha (2018), esse antipetismo ecoou uma antiga aliança política formada no país, de posições liberais na economia e conservadora nos costumes, que reuniu diversos grupos em torno de si durante a ditadura militar. Enfraquecida no contexto da redemocratização, essa aliança parece ter sido reativada especialmente nos anos 2010, em oposição às bandeiras e aos feitos do Partido dos Trabalhadores no Governo Federal. A ampla plataforma político-ideológica resultava de ao menos duas demandas centrais: 1. o enxugamento das contas e das funções do Estado, como efeito da recessão econômica e da visibilidade de sucessivos escândalos de corrupção, fenômeno expresso pelo surgimento de grupos políticos como o Partido Novo<sup>20</sup>, por exemplo; 2. o conservadorismo punitivo, representado pela tendência de rejeição à política tradicional, moralização das pautas do debate público e crescentes apelos às noções de família e religiosidade.

Esse cenário se articula com a questão do tratamento da cultura em nível federal na seguinte perspectiva: a quebra do lulismo teria desbloqueado certas demandas sociais represadas, que se expressaram não apenas nos anseios por uma nova diretriz econômica ou pelo combate sistemático à corrupção. Elas foram também caracterizadas por um evidente componente cultural, que interpelou princípios que regeram o ciclo

---

<sup>20</sup>Partido fundado em 2011, baseado em premissas de austeridade do gasto público e demais perspectivas neoliberais, que emplacou a quinta posição na disputa eleitoral para a Presidência da República em 2018, com 3% do total de votos para a candidatura de João Amoêdo.



político anterior e pôs em jogo a ideia de uma “guerra” para (re)definir o sentido do Brasil.

Constatemos a existência dessa disposição conflitiva observando, por exemplo, como a criação e a circulação de produções artísticas tornaram-se arenas tomadas por controvérsias. Nos últimos anos, assistimos a atos de censura e/ou coação à liberdade de expressão em diversas regiões do país: a exposição *Queermuseu* foi abruptamente encerrada no Santander Cultural de Porto Alegre; a nudez do artista Wagner Schwartz foi criminalizada em uma performance no Museu de Arte Moderna de São Paulo; o espetáculo teatral “O Evangelho Segundo Jesus, Rainha do Céu” foi suspenso da programação do Festival de Garanhuns; o artista Gidalti Moura Jr. teve uma obra censurada em exposição coletiva realizada em Belém; outra mostra, realizada em Cuiabá, foi interrompida em razão das peças do artista Gervane de Paula; o evento “Os jovens e a diversidade”, com curtas-metragens produzidos por alunos, foi suspenso em uma escola municipal de Florianópolis.

Em todos esses casos, chamou atenção que os atos de censura não tenham sido diretamente originados do Poder Público, a exemplo do que ocorria no período do regime militar. A consecução dos cancelamentos, suspensões e criminalizações a que aludimos deveu-se à mobilização de pessoas comuns, que encontraram nos conteúdos dessas produções elementos divergentes de sua concepção de mundo e de suas inclinações morais. A partir de então, seu ativismo, incidindo na propagação de denúncias pela internet, foi capaz de provocar a intervenção de órgãos de controle e/ou das instituições culturais responsáveis, sendo mais ou menos bem-sucedido no impedimento da circulação dos projetos ou obras combatidos.

Tem se destacado nesse contexto a atuação do Movimento Brasil Livre, o MBL. Criado em meio às manifestações contra a reeleição de Dilma Rousseff, o movimento tornou-se um ator importante ao formalizar a entrega do pedido de impeachment ao então Presidente da Câmara, Eduardo Cunha. As atividades e militância do MBL no ambiente on-line lançam mão de uma linguagem que decodifica as complexidades da



vida política a partir de um repertório muito específico de bandeiras atreladas ao imaginário liberal:

ingredientes como o caráter afetivo das campanhas, o uso inventivo do espaço público e das mídias sociais para a expressão de demandas, o narcisismo político, e mesmo o viés transnacional, expresso pelo fato de que muitos desses grupos possuem financiadores estrangeiros e células coirmãs em outros países, estão presentes em grupos articulados de tendência populista liberal, como o MBL. (CHAGAS e SANTOS, 2018)

Em sua defesa da livre iniciativa, o MBL transformou a Lei Rouanet em um de seus temas prediletos, acusando o principal mecanismo de incentivo à produção cultural do país de favorecimento de artistas por parte do Estado. Nas páginas do movimento nas diversas redes sociais da internet, encontram-se publicadas informações sobre projetos aprovados por artistas de grande aceitação comercial, os quais, na compreensão do movimento, não deveriam ter acesso a recursos públicos para custear suas iniciativas. Em um desses conteúdos, por exemplo, Kim Kataguiri, fundador do MBL e eleito Deputado Federal pelo Estado de São Paulo, afirmou que o incêndio ocorrido no Museu Nacional poderia ter sido evitado caso o Estado brasileiro focalizasse seus investimentos culturais em áreas de real interesse público, em vez de “desperdiçar recursos com artistas consagrados através da Lei Rouanet”.<sup>21</sup>

Em outro enfrentamento com o mecanismo de isenção fiscal gerido pelo Governo Federal, o MBL foi responsável por uma reação ao #elenao, campanha lançada por militantes feministas durante o período eleitoral, em busca de unificar a oposição ao candidato Jair Bolsonaro. Em resposta, o MBL criou a *hashtag* #rouanetnao, sugerindo que as/os artistas que aderiram à campanha e vocalizaram sua posição na imprensa e na internet seriam beneficiárias/os de recursos públicos via Lei Rouanet. Em 2018, a *hashtag* #rouanetnao, que indexou um conjunto de conteúdos críticos à Lei, chegou a

---

<sup>21</sup>Vídeo disponível em: <https://pt-br.facebook.com/fernandoholiday.mbl/videos/kim-kataguiri-quer-a-extinção-da-lei-rouanet/297077437555959/>. Acesso em 3 de setembro de 2020.



alcançar os chamados “trending topics”, os assuntos mais debatidos no Twitter no Brasil.<sup>22</sup>

Importa perceber que as falas das lideranças do MBL, assim como das de outros representantes dessa nova direita - a exemplo dos grupos Vem pra Rua e do Estudantes pela Liberdade -, espelham gramáticas discursivas ancoradas em teorias econômicas de perfil liberal, buscando apontar nas políticas culturais a incorreção que, via de regra, pautaria a intervenção do Estado sobre a realidade social. Para esses atores, o mercado cultural deveria ser visto como outro qualquer, no qual os agentes produtivos prescindem de estímulos públicos para subsidiar sua oferta, disputando entre si a procura e os recursos dos consumidores.

Parece-nos assim que o fortalecimento desses novos agentes da direita constrói um quadro de condições muito particular para o campo das políticas culturais em nossa atualidade histórica, na medida em que indica enfrentamentos de novo tipo para a gestão federal da cultura. Lembremos que, não obstante seus revezes institucionais e as diferentes diretrizes político-ideológicas presentes em sua trajetória, o MinC pautou, no âmbito do Governo Federal, a especificidade da cultura como setor econômico, lançando luz sobre suas lógicas próprias e reclamando intervenções fomentadoras e/ou corretivas do Poder Público, como ilustra a própria Lei Rouanet. (BARBALHO, 2007)

Sabemos, contudo, que a implicação entre austeridade nos gastos públicos e eficácia gerencial é um antigo valor para o espectro da direita, e seria ingênuo acreditar que o apelo obtido pelas reivindicações mais recentes resulta apenas da repaginação histórica dessas ideias. Se esses valores estão agora mais evidentes nas ruas e nos parlamentos, parece ser pela hábil articulação do descontentamento social com questões propriamente políticas e econômicas a um conservadorismo moral renitente, disposto a frear determinadas transformações em marcha no ambiente social. Ilustrativa dessa combinação é a fala de uma cirurgiã-dentista moradora de Salvador entrevistada pela BBC, que justificou assim sua inclinação por candidaturas conservadoras nos costumes e liberais na economia: “quando digo conservadora nos costumes não significa

<sup>22</sup>Ver: <https://br.blastingnews.com/politica/2018/09/hashtag-rouanet-nao-ficou-em-primeiro-lugar-no-twitter-nesta-segunda-feira-002726567.html>. Acesso em 3 de setembro de 2020.



retroceder no tempo, nem ser careta, refiro-me a conter a deterioração dos valores e da cultura, vinda dos governos anteriores e fruto do marxismo cultural<sup>23</sup>,<sup>24</sup>.

Nesse sentido, vale observar que movimentos à direita inicialmente identificados com a agenda do liberalismo econômico, como o MBL, têm passado a atuar de modo crescente como vigias das práticas de incentivo público à cultura, adotando uma oscilante posição conservadora (PAULA e DOMINGUES, 2020). A maior participação desses grupos na política nacional ajuda a entender como o conservadorismo punitivo tem vindo a influenciar diversas frentes da gestão federal da cultura na era Bolsonaro. A guinada no discurso do Governo Federal pode ser verificada nos termos dos mecanismos de apoio - a exemplo do edital voltado a um tipo de arte que “encarnasse” os anseios da maioria da população brasileira - e das missões das instituições públicas, como a nova Fundação Cultural Palmares, presidida por um “antivitimista”.

A versão brasileira das guerras culturais parece consistir, assim, em um processo de frequente tensionamento do ideal da diversidade cultural, fenômeno que pode ser sondado pelos instrumentos e valores propostos pelo Governo Federal para a administração desse setor produtivo. O tratamento dado à cultura em meio aos cálculos políticos que orientam a gestão Bolsonaro representa, nesse sentido, uma reviravolta naqueles consensos que haviam aberto mão da integração em nome do reconhecimento de nossas diferenças. Discursos públicos de revigorada popularidade hoje aludem a um antigo anseio pela “unidade” do país e vão dando forma a um processo retórico de uniformização étnica, racial, religiosa e estética da população, tomada em termos de sua “imensa maioria”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

<sup>23</sup>Divulgada por think tanks norte-americanos na década de 1990 e difundida no Brasil pelas obras do escritor Olavo de Carvalho, o “marxismo cultural” consiste na tese de que haveria um plano orquestrado por teóricos marxistas e grupos de esquerda com vistas à tomada do poder político, por meio da gradativa conquista da hegemonia no campo cultural.

<sup>24</sup>“Eleições 2018 Segundo Turno: Bolsonaro x Haddad, as razões de quem vota”, matéria de Victor Uchôa para a BBC. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45765746>. Acesso em 3 de setembro de 2020.



Apontamos em nosso texto para a emergência de discursos e práticas identificados com novas forças políticas no cenário nacional. Dentre esses fenômenos, o caso da Fundação Cultural Palmares parece um elemento significativo para interrogarmos como a recente “onda conservadora” na política brasileira (ALMEIDA, 2017) tem se estruturado como reação, em meio a nossas guerras culturais.

“Grande contradição em seus termos”, nas palavras de Lilia Schwartz, a indicação de Sérgio Camargo para a Fundação Palmares ilustra aquele modelo contraintuitivo de gestão que comentamos anteriormente, no qual controvérsias parecem se tornar artifícios para a condução da agenda pública. No caso de Camargo, esse perfil conflitivo se manifesta em torno dos ideais de compensação/reparação histórica presentes nas políticas de igualdade racial, as quais facultariam a “vitimização” do povo negro, como uma herança dos procedimentos da esquerda, segundo o jornalista. Em dezembro de 2019, por exemplo, Camargo afirmou:

claro que tem que acabar o Dia da Consciência Negra, que é uma data da qual a esquerda se apropriou para propagar vitimismo e ressentimento racial. Isso não é uma data do negro brasileiro. Isso é uma data de minorias empoderadas pela esquerda, que propagam o ódio, ressentimento e a divisão racial.<sup>25</sup>

A fala sintomatiza como aquelas aspirações por diversidade que inspiraram os parlamentares na Constituinte e foram transformadas em políticas culturais na trajetória institucional do MinC têm sido interpretadas por novos agentes políticos sob o signo da “divisão”. A questão racial comparece com relevo nesse debate, haja vista a importância da Fundação Cultural Palmares na institucionalização das demandas de reconhecimento da população negra, e a histórica presença de intelectuais identificados com a luta antirracista em sua presidência<sup>26</sup>. Dessa forma, o surgimento de uma nova liderança que repercute em suas falas a ideia de que nossa sociedade configuraria uma “democracia racial” desponta como elemento-chave para a compreensão da reação conservadora no

<sup>25</sup>Ver: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/12/10/dia-da-consciencia-negra-propaga-vitimismo-diz-chefe-da-fundacao-palmares-apos-reuniao-com-bolsonaro.ghtml>. Acesso em 3 de setembro de 2020.

<sup>26</sup>Como exemplificam as gestões de Carlos Alves Moura (1988-1990) e Zulu Araújo (2007-2010).



Brasil, que parece retomar aquele ideal de unidade nacional em meio às guerras culturais recentes.

Como aponta a literatura que trata da temática (BARBALHO, 2007; RUBIM, 2007), o circuito discursivo e operacional ativado pelas políticas culturais define uma complexa e dinâmica concertação de ações do Estado para a organização do campo da cultura. No momento em que diversas controvérsias caracterizam a atuação do Governo Federal sobre o setor, cabe analisar em detalhe como os processos de gestão da área têm vindo a tensionar princípios que resultaram de consensos históricos, pautando assim novas concepções de Brasil.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALMEIDA, Ronaldo. A onda quebrada: evangélicos e conservadorismo. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 50, out. 2017.
2. ALMEIDA, Silvio. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte: Letramento, 2018.
3. BARBALHO, Alexandre. Em tempos de crise: o MinC e a politização do campo cultural brasileiro. *Políticas Culturais em Revista*, Salvador, v. 10, n. 1, jan./jun. 2017
4. BARBALHO, Alexandre. Políticas Culturais no Brasil: identidade e diversidade sem diferença. BARBALHO, Alexandre; RUBIM, Albino. (org.) *Políticas culturais no Brasil*. Bahia: UFBA, 2007.
5. CERQUEIRA, Amanda Coutinho. Política cultural e “crise” no governo Temer. *Revista Novos Rumos*, v. 55, n. 1, 2018.
6. CHAGAS, Viktor & SANTOS, João Guilherme Bastos dos. Direita transante: enquadramentos pessoais e agenda populista liberal do MBL. *Anais do 27o. Encontro Anual da COMPOS*, 2018.
7. DOMINGUES, João; PAULA, Leandro de; SILVA, Mariana. Do ato fóbico ao ato mágico pós-político: o novo mercado discursivo do Ministério da Cultura. *Eptic*, v. 20, no. 2, 2018.
8. DOMINGUES, João; LOPES, Guilherme. Ministério da Cultura: entre o carisma e a coalizão. *Desigualdade & Diversidade – Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio*, n. 14 v. 1, 2014.
9. DOMINGUES, João; PAULA, Leandro de. Esse tipo de ‘artista’ não mais se locupletará da Lei Rouanet”: políticas culturais e sentidos em disputa no Brasil pós-impeachment. XV ENECULT – Encontros de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 2019, Salvador. *Anais*. Disponível em



- <http://www.enecult.ufba.br/modulos/submissao/Upload-484/111577.pdf>. Acesso em 17 ago. 2020.
10. GALLEGO, Ester; ORTELLADO, Pablo; MORETTO, Márcio. Guerras culturais e populismo antipetista nas manifestações por apoio à Operação Lava-Jato e contra a Reforma da Previdência. *Em Debate*, v. 9, n. 2, p. 35-45, ago. 2017.
  11. HUNTER, James. *Culture Wars: the Struggle to define America*. New York: Basic Books, 1991.
  12. MIGUEZ, Paulo; BARROS, José Márcio; KAUARK, Giuliana (Org.). *Dimensões e desafios políticos para a diversidade cultural*. Salvador: EDUFBA, 2014.
  13. MONTERO, Paula. Introdução. MONTERO, Paula (Org.). *Religiões e controvérsias públicas: experiências, práticas sociais e discursos*. Campinas: Ed. Unicamp, 2015.
  14. PAULA, Leandro; DOMINGUES, João. Feitos da bolha: conservadorismo e militância digital no caso Queermuseu. *Revista Midia e Cotidiano*, v.14, n. 3, set-dez de 2020.
  15. ROCHA, Camila. "Menos Marx mais Mises": Uma gênese da nova direita brasileira(2006-2018). *Tese de Doutorado em Ciência Política* - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
  16. RUBIM, Albino. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições. *Revista Galáxia*, São Paulo, n. 13, p. 101-113, jun. 2007.
  17. SINGER, A. *Os sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.